

Prazo para determinar a taxa de esforço terminou ontem

Banca não ajudou famílias açorianas na renegociação do crédito à habitação

Os 45 dias dados à banca para verificar o esforço de pagamentos de créditos à habitação e selecionar clientes para renegociação terminaram ontem sem conseguir ajudar as famílias com baixos rendimentos, segundo a associação de defesa de consumidores DECO.

“Temos verificado que tem estado a ser feito. Os bancos têm contactado as famílias a solicitar elementos. Estão a cumprir a lei nestes 45 dias”, começou por afirmar a coordenadora do Gabinete de Proteção Financeira da DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, Natália Nunes.

A associação tem recebido, em média, um ou dois pedidos de ajuda por dia, desde a entrada em vigor, em 26 de novembro, de medidas do Governo para mitigar os efeitos do aumento dos indexantes de referência de contratos de crédito para aquisição ou construção de habitação própria permanente, e que obrigaram as instituições a procedimentos, no prazo de 45 dias, como apresentar propostas ao mutuário adequadas àquela mitigação do aumento das taxas.

Nos Açores há casos semelhantes

A DECO diz que a banca tem cumprido este procedimento, cujo prazo terminou ontem, mas na maioria dos casos de famílias em dificuldades para pagar o crédito que pedem ajuda à associação não tem havido lugar a renegociação do crédito, explicando os bancos aos associados da DECO, alguns em apenas 15 minutos num atendimento ao balcão do banco, que “não há viabilidade” de reestruturar os créditos porque a família já está numa “situação limite”, segundo a avaliação no momento do empregado da instituição.

“Defendemos que a avaliação devia ser feita com tempo e que, nos casos sem viabilidade [de reestruturação dos créditos à habitação], a informa-



Várias famílias açorianas viram recusados os seus pedidos de renegociação mesmo em incumprimento

ção fosse dada de forma transparente à família, possibilitando entender por que não estão reunidas as condições” da reestruturação, explicou Natália Nunes.

A DECO defende que o Governo deve lançar uma linha de financiamento para ajudar as famílias no pagamento de parte da prestação de crédito, “durante um certo espaço de tempo” e valores a reembolsar posteriormente, uma medida que a associação diz beneficiar, não só os consumidores, mas a banca, que arrisca assim menos incumprimento nos clientes.

Renegociação começou em Novembro

Quando, em novembro do ano passado, o Governo deu 45 dias à banca para apreciar a renegociação de créditos com os clientes, destacou que era “necessário robustecer os mecanismos preventivos” das instituições para a situação de aumento das taxas de juro, “por forma a antecipar qualquer risco ou situação de incumprimento” decorrente do agravamento da taxa

de esforço, e impondo às instituições uma rotina específica para avaliar este efeito.

O facto é que a maioria dos bancos pouco ligou a esta renegociação e só analisava os casos que os clientes pediam ao balcão.

Problema já atinge a classe média

O perfil de quem pede ajuda à Defesa do Consumidor (DECO) está a mudar desde o início do ano.

Já não são só as famílias com menos rendimentos, mas a classe média, que começa a não conseguir pagar o crédito à habitação.

A especialista Natália Nunes diz que ainda não se chegou ao cenário de 2008, em que as taxas de juro chegaram aos 5%, mas que é preciso o Governo agir lançando uma linha de financiamento, à semelhança do que aconteceu em 2009.

“Continuaram a aumentar e aquilo que nós verificamos é que, se até início de Setembro eram as famílias com mais baixos rendimentos que estavam

a ser afectadas pelo aumento da fatura do supermercado, da eletricidade, do gás, a partir de Setembro começámos a ter mais pedidos de ajuda também destas famílias, mas, sobretudo, das famílias que tinham crédito à habitação”, afirma Natália Nunes.

De seis em seis meses taxa é revista

“São essas agora, durante o mês de Outubro, essencialmente a maioria das famílias que nos está a pedir ajuda. Ou porque já teve a revisão da prestação do crédito à habitação e já está com algumas dificuldades em honrar os pagamentos ou porque está preocupada com as revisões que aí vêm. A maior parte das famílias tem um crédito à habitação com taxa variável indexada à Euribor a seis meses, isso significa que de seis em seis meses a prestação vai ser revista. E estamos numa fase em que as próximas revisões, estas agora e as próximas, hão-de ser de aumento das prestações e as famílias já começam e perceber isso”, explica.

Natália Nunes acrescenta que “no primeiro semestre deste ano eram, essencialmente, as famílias de menores rendimentos que pediam ajuda. A partir de Setembro/Outubro nós vimos, inclusivamente, um aumento do rendimento médio da família que nos pediu ajuda”.

Segundo a especialista da DECO, “se até ao início de Setembro eram famílias que tinham à volta dos 1000 euros de rendimento líquido mensal, em Setembro e Outubro nós vimos que já se aproxima dos 1500 euros.

Isto mostra que também o perfil, em termos de rendimentos, está a aumentar. Isto acontece por causa das causas.

Se no início do ano foi muito a questão da inflação aquilo que levou as famílias a terem dificuldades, aquilo que vimos agora nestes últimos tempos é que é o aumento da prestação do crédito à habitação”.

Há muitas famílias nos Açores que viram recusada a renegociação da taxa de crédito

O “Diário dos Açores” sabe que o mesmo tem acontecido na nossa região, com muitas famílias a receberem a mesma informação por parte da banca.

Ainda esta semana uma casal em S. Miguel dirigiu-se ao nosso jornal para mostrar a informação recebida em mensagem electrónica, e depois de reclamar no balcão do respectivo banco, ouviu a mesma informação de que não estavam abrangidos, sem mais explicações, mesmo sabendo que esta

família já entrou em incumprimento.

Os bancos recusam-se a dar explicações à comunicação social com o argumento de que não falam sobre contratos de natureza privada, mas há famílias que têm saído de alguns balcões com as mãos à cabeça, sem saber como vão pagar a renda bancária da sua habitação.

O Governo dos Açores já anunciou, há vários dias, que está trabalhar num sistema de apoio a estas famílias, mas a verdade é que ninguém conhece, até

agora, que tipo de apoio e quem será abrangido.

Na Madeira este apoio já está em vigor.

Com efeito, este financiamento já avançou para as famílias madeirenses com crédito à habitação, depois de um decreto legislativo regional ter sido aprovado pelo parlamento madeirense, por unanimidade, no final de novembro, lançando um programa de apoio a fundo perdido dotado de um milhão de euros e designado ‘Reequilibrar’.

Durante a apresentação do diploma no parlamento regional, o responsável pela pasta dos Equipamentos e Infraestruturas, Pedro Fino, indicou que a ajuda varia entre os 25 e os 200 euros, desde que a taxa de esforço do crédito habitação seja superior a 30% e os titulares do empréstimo afixarem um rendimento máximo de 28 mil euros (um titular) e de 42 mil euros (dois titulares).

O programa está dotada com 1 milhão de euros.